

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil nº 06.2022.00000094-9

Pelo presente instrumento, denominado Termo de Ajustamento de Conduta -TAC, o **Ministério Público do Estado do Pará**, representado pelo Promotor de Justiça da Comarca de Itupiranga, Dr. Josiel Gomes da Silva, doravante denominado **compromitente**, e de outro lado o **Município de Itupiranga**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 05.077.102/0001-29, com sede na Av. 14 de Julho, s/n, Centro, nesta cidade, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Benjamin Tasca, brasileiro, portador do CPF nº 209.250.260-34, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **compromissário**;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme garante o artigo 127 da CRFB/88;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público prevenir e fazer cessar condutas que violem os princípios constitucionais e defender a correta aplicação das leis;

CONSIDERANDO que o Termo de Ajustamento de Conduta -TAC é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração, nos termos do art. 1º da Resolução 179/2017- CNMP;

CONSIDERANDO que o TAC é instrumento de redução da litigiosidade, uma vez que por meio da autocomposição dos conflitos e controvérsias envolvendo os direitos de cuja defesa é atribuída ao Ministério Público evita a judicialização e, por conseguinte, contribui de modo efetivo para o acesso à justiça em sua visão contemporânea;

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça os autos do Inquérito Civil nº 06.2022.00000094-9, instaurado para apuração de irregularidades ocorridas na gestão ambiental do município de Itupiranga, tendo em vista que os recursos arrecadados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente -SEMMA, a título de tributação de taxas de licenciamentos, e destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, não estão sendo

aplicados de acordo com o art. 16 da Lei nº 046/2009 (Política Municipal de Meio Ambiente), configurando suposta prática de ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 196/2020 instituiu o Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Itupiranga - FMMA, com objetivo de implementar ações destinadas a uma adequada gestão dos recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, de forma a garantir um desenvolvimento integrado e sustentável e a elevação da qualidade de vida da população local (art. 1º);

CONSIDERANDO que, nos termos da referida legislação, em seu art. 5º, os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão aplicados na execução de projetos e atividades que visem:

I – Custear e financiar as ações de controle, fiscalização e defesa do meio ambiente, exercidas pelo Poder Público Municipal;

II – Financiar planos, programas, projetos e ações, governamentais ou não governamentais que visem:

- a) a proteção, recuperação ou estímulo ao uso sustentado dos recursos naturais no Município;
- b) o desenvolvimento de pesquisas de interesse ambiental;
- c) o treinamento e a capacitação de recursos humanos para a gestão ambiental;
- d) o desenvolvimento de projetos de educação e de conscientização ambiental;
- e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações constantes na Política Municipal do Meio Ambiente;
- f) outras atividades, relacionadas à preservação e conservação ambiental, previstas em resolução do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

CONSIDERANDO que as informações prestadas pelo Secretário Municipal de Gestão, Planejamento e Finanças, através do ofício nº 050/2023 -SEPLAF – pág. 197, confirmam as irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, uma vez que são utilizados para custear despesas com prestadores de serviços, a exemplo da empresa de coleta de lixo, inclusive para o pagamento de impostos retidos na fonte; despesas com combustíveis para abastecimento dos veículos utilizados pela SEMMA e; despesas com materiais de expedientes;

CONSIDERANDO que o **compromissário** manifesta interesse, neste ato, em firmar Termo de Acordo para garantir a correta aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente e a promoção da preservação ambiental de forma eficaz e transparente;

RESOLVEM celebrar o presente acordo, sob o fundamento do art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e art. 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, nos termos e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 01- O compromissário compromete-se a regularizar e garantir a correta aplicação do Fundo Municipal de Meio Ambiente, assegurando que os recursos sejam utilizados de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 196/2020, evitando desvios, má gestão ou destinação inadequada.
- 02- O Compromisso de Ajustamento de Conduta ora celebrado contempla a totalidade do objeto dos autos do Inquérito Civil nº 06.2022.00000094-9.
- 03- O cumprimento do acordo dar-se-á, a partir da assinatura deste instrumento, em até 02 (dois) quadrimestres.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

- 01- O Município de Itupiranga compromete-se, em caso de descumprimento parcial ou total de quaisquer obrigações, a pagar multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), limitada ao máximo de 50.000,00 (cinquenta mil reais), valor este que sofrerá atualização monetária até o seu efetivo adimplimento, sem prejuízo de eventuais responsabilidades civil e administrativa.
- 02- Os valores das multas previstas nesta cláusula são reversíveis ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA), Agência 015, Conta Corrente: 188124-8, CNPJ nº 34.921.783/0001-68, Banco do Estado do Pará (BANPARÁ).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 01- O comprometente poderá fiscalizar a execução do presente acordo, tomando as providências cabíveis, sempre que necessário.
- 02- Antes da aplicação da multa a que se refere o item 01 da cláusula segunda, o compromissário será notificado para apresentação de justificativa, no prazo de 10 (dez) dias.
- 03- Não sendo acatadas as justificativas apresentadas, será ajuizada a competente ação de execução do presente compromisso, que possui eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do §6º do art. 5º da Lei nº 7.347/85, com atualização monetária e juros de 1% ao mês.

CLÁUSULA QUARTA – DA DISPOSIÇÕES FINAIS

- 01- A revogação total ou parcial de quaisquer das normas legais referidas neste Compromisso de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas, que constituem ato jurídico perfeito.

- 02- Não caracterização descumprimento do presente compromisso as situações decorrentes de caso fortuito, força maior ou outros fatos imprevistos e imprevisíveis, devendo o fato ser comunicado e justificado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ao Ministério Público Estadual, que, se for o caso, aditará o presente Termo de Ajustamento de Conduta, fixando novo prazo para o adimplimento da obrigação não cumprida.
- 03- O prazo previsto no item anterior terá início da data em que o gestor do compromissário tiver ciência do fato impeditivo ao cumprimento do compromisso.
- 04- O presente acordo produz efeitos legais e tem eficácia plena a partir de sua celebração, valendo como título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, §6º, da Lei Federal 7.347/85, e 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, podendo a sua execução ser manejada, em conjunto, ou separadamente, por qualquer dos Promotores de Justiça executores.

E por estarem de acordo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

JOSIEL GOMES DA SILVA:0007153171
 8

Assinado de forma digital
 por JOSIEL GOMES DA
 SILVA:00071531718
 Dados: 2024.08.05 09:56:39
 -03'00'

Itupiranga, 18 de julho de 2024.

JOSIEL GOMES DA SILVA
 Promotor de Justiça
 Titular da PJ de Itupiranga/PA

BENJAMIN TASCA
 Prefeito Municipal de Itupiranga/PA